



Relatório e Contas

Dunas Capital - Gestão de Activos -
Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.

31 de Dezembro de 2012

Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Sede: Av. da Liberdade, 229 – 3º Andar, 1250-142 Lisboa
Telefone: +351 214 200 530 • Fax: +351 214 200 559
Capital Social: 1.206.000 euros
Número único de registo e de pessoa colectiva: 506 292 622

www.dunascap.com

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Enquadramento

Evolução da actividade

Proveitos de exploração

Custos de exploração

Expectativas para 2013

Factos relevantes após o termo do exercício

Proposta de aplicação dos resultados

Dívidas à Segurança Social

Agradecimentos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Dr. André Magalhães Luiz Gomes

Secretário: Dra. Elsa Sousa Rodrigues

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr. Leonardo Bandeira de Melo Mathias

Vogal: Dr. Joaquim Maria Magalhães Luiz Gomes

Vogal: Dr. Nuno Miguel de Lemos Montes Pinto

FISCAL ÚNICO E REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

Efectivo: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. (SROC nº 178)
representada por Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Suplente: Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2012.

Enquadramento

O ano de 2012 ficou marcado pela continuação da crise de dívida pública europeia onde, apesar da elevada instabilidade política na Grécia e da especulação em torno da sua possível saída da zona euro, o principal foco de ansiedade dos investidores foi a Espanha. Também os temas em torno da possibilidade de um *hard landing* na China e as eleições presidenciais nos Estados Unidos e o *fiscal cliff* tiveram bastante relevância.

Na zona euro, a continuação do processo de reequilíbrio das contas públicas continuou a ter forte reflexo no crescimento económico, situação que se foi agravando ao longo do ano. As quedas do PIB não foram um exclusivo dos países periféricos, onde as contrações foram naturalmente mais acentuadas (Portugal -3,8%, Espanha -1,8%, Itália -2,7% e Grécia -6%), mas começaram também a afectar alguns países do centro da Europa (França -0,3%, Holanda -0,9% e Finlândia -1,6%). Mesmo a Alemanha, terminando o ano com um crescimento de 0,4% sofreu também uma clara tendência de desaceleração.

Em Portugal as medidas de ajustamento aplicadas traduziram-se em quebras significativas de rendimento das famílias por via dos aumentos da carga fiscal (impostos directos e indirectos), da contenção salarial fundamentalmente na esfera do Estado e empresas públicas e pelo aumento do desemprego.

Os Estados Unidos, apesar de terem tido um crescimento de 2,3% em 2012 (superior ao do ano anterior), terminaram o ano em forte desaceleração, o que coincidindo com o período de eleições presidenciais se tornou tema central. O debate fez-se sobre que combinação de carga fiscal e regulação levariam a maior crescimento e aumento de emprego. O resultado final foi a reeleição do presidente Barack Obama, com o congresso a ser dominado pelos Republicanos.

Este resultado manteve o *status quo* inalterado trazendo de volta à agenda política o debate sobre o precipício fiscal, tendo sido alcançado um acordo no "último minuto" mas não tendo sido tomadas decisões quanto ao limite de dívida, ficando adiado para Fevereiro de 2013 a sua solução.

Em contraponto nas economias emergentes as perspectivas de crescimento foram melhorando ao longo do ano tendo a China evitado o temido *hard landing*, dando sinais de melhoria no segundo semestre, com os estímulos do Banco Central a terem impacto positivo no crescimento, permitindo terminar o ano com um crescimento de 7,8%.

Evolução da actividade

Apesar da adversa conjuntura económica, a Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A. aumentou substancialmente os volumes sob gestão.

	2012	2011	Var. %
Organismos de Investimento Colectivo	53,270,343 €	17,489,474 €	205%
Fundos de Investimento Imobiliário	- €	4,673,166 €	-
Administração de valores	11,052,315 €	5,377,346 €	106%
	<u>64,322,659 €</u>	<u>27,539,986 €</u>	<u>134%</u>

No âmbito da actividade de gestão de organismos de investimento colectivo é de realçar a consolidação da parceria estabelecida com o Banco BIC Português S.A. bem como os acordos de distribuição estabelecidos com o Banco Best, que permitiram alargar o potencial de comercialização dos fundos geridos e tendo decisivamente contribuído para o incremento de volumes sob gestão que se verificou no exercício.

É também de salientar a notável performance obtida pela gestão do Fundo Banco BIC Tesouraria que terminou o ano de 2012 com uma rentabilidade líquida de 9.66%, sendo o melhor fundo em Portugal na sua categoria CMVM (Fundos de Tesouraria).

Este fundo terminou o ano com um valor líquido global de € 45.109.055 face a um total de € 9.628.420 no final de 2011, o que representou um crescimento de 368%.

De referir que no final do ano a Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A. submeteu e foi aprovado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários “CMVM” a constituição de um novo fundo de investimento denominado Banco BIC Investimento – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Misto de Obrigações, o qual veio a iniciar a sua actividade no dia 4 de Janeiro de 2013.

No âmbito dos fundos imobiliários veio a concretizar-se em Abril o encerramento do Fundo Valor Alcântara – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, dando cumprimento à decisão tomada em Assembleia de Participantes em 26 de Novembro de 2010.

No âmbito da actividade de gestão de património (administração de valores) os valores sob gestão incrementaram-se substancialmente por: valorização das carteiras sob gestão, captação de novos clientes e reforços de montantes sob gestão dos clientes já existentes.

De referir que no âmbito da estratégia definida pela Dunas Capital – Gestão de Activos – SGFIM S.A. o foco desta actividade está essencialmente vocacionada para clientes institucionais.

Por último será de salientar o facto de a Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A. ter sido nomeada *Investment Manager* do Fundo Incometric Fund – Dunas Patrimonios, que é um Fundo de Investimento UCITS IV, domiciliado no Luxemburgo e cuja sociedade gestora é a Adepa Asset Management S.A.

Proveitos de Exploração

No exercício de 2012 as comissões brutas ascenderam a € 498.964, as quais descontadas de comissões pagas às entidades comercializadoras dos fundos e outras despesas se saldou num total de comissões líquidas de € 308.543, o que representou um crescimento de 48% face ao exercício anterior.

Custos de Exploração

A actividade gerou em 2012 custos de exploração num total de € 699.157 o que representou um acréscimo marginal de 10% face a 2011.

De salientar que em termos de grandes rúbricas se verificou uma significativa redução dos gastos gerais administrativos e uma subida do custos com pessoal.

O incremento dos custos com pessoal são fruto essencialmente da aposta da Sociedade no reforço das competências e valências da área de investimentos que permitirão alargar a capacidade de gestão de activos a novos produtos e mercados.

	2012	2011	Var. %
Custos com o pessoal	452,677 €	353,952 €	28%
Gastos gerais administrativos	230,257 €	267,534 €	-14%
Amortizações	16,222 €	11,372 €	43%
	<u>699,157 €</u>	<u>632,858 €</u>	10%

Em conformidade, com o disposto na Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, complementado com os requisitos estipulados no Aviso nº 10/2011, de 29 de Dezembro, informamos as remunerações pagas no ano de 2012, aos membros dos órgãos de administração, fiscalização e colaboradores que exerçam as funções previstas no Aviso 5/2008.

Os elementos do Conselho de Administração, em número de três, auferem apenas remuneração mensal fixa a qual é paga catorze vezes no ano.

No exercício de 2012 o valor das remunerações dos elementos do Conselho de Administração ascendeu a um total de € 189.000.

Expectativas para 2013

Estamos cientes das dificuldades económicas que se continuarão a fazer sentir em 2013 com especial impacto no sector financeiro. No entanto, a Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A. continuará a desenvolver o seu plano de negócios que se encontra estruturado no desenvolvimento das suas três áreas de negócio (fundos de investimento, gestão de carteiras por conta de outrem e advisory) procurando adaptar a sua oferta às necessidades do mercado e ao desenvolvimento e alargamento de parcerias.

De salientar o desenvolvimento da parceria existente com o Banco BIC Português, que nos permitiu iniciar a gestão de um novo fundo de investimento, em Janeiro de 2013, o qual no final de Fevereiro tinha sob gestão um montante total de € 3.840.304.

Continuaremos a procurar incrementar a relação com os parceiros potenciando a constituição de novos fundos de investimento mobiliário que possam servir à sua rede de clientes, compondo um portfolio de oferta de produtos de investimento mais completa e diversificada.

Por último é fundamental e estruturante o incremento e desenvolvimento da área de “Advisory” aproveitando a rede de contactos e continuidade dos trabalhos realizados em 2012, que incluíram importantes clientes institucionais nacionais, bem como o incremento da actividade de gestão de carteiras igualmente vocacionada para grandes clientes institucionais.

Factos relevantes após o termo do exercício

Não existiram factos relevantes após o termo do exercício.

Proposta de aplicação dos resultados

Tendo em consideração o Resultado Líquido do Exercício negativo apurado no exercício de 2012 de € 459.318, o Conselho de Administração propõe a sua transferência para resultados transitados.

Dívidas à Segurança Social

Não existem quaisquer dívidas à Segurança Social.

Agradecimentos

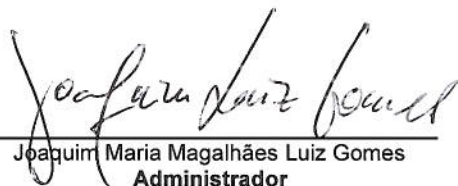
No encerramento do exercício de 2012 expressamos os nossos mais sinceros agradecimentos a todos os que directamente e indirectamente contribuíram para mais um ano de actividade da Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A..

Deixamos por último um enorme reconhecimento a todos os colaboradores pelo seu imenso esforço e dedicação.

Lisboa, 30 de Abril de 2013



Leonardo Bandeira de Melo Mathias
Presidente do Conselho de Administração



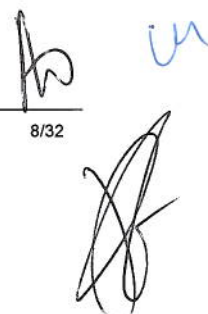
Joaquim Maria Magalhães Luiz Gomes
Administrador



Nuno Miguel de Lemos Montes Pinto
Administrador

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Em 31 de Dezembro de 2012
(montantes expressos em euros)*



DUNAS CAPITAL - GESTÃO DE ACTIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, S.A.
Balanco em 31 de Dezembro de 2012 e 2011
(Montantes Expressos em Euros)

Activo				Passivo e Capital			
Designação	Notas	2012	2011	Designação	Notas	2012	2011
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	1.523	172	Recursos de bancos centrais		0	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	285.911	118.160	Passivos financeiros devidos para negociação		0	0
Activos financeiros devidos para negociação		0	0	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	Recursos de outras instituições de crédito		0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	3	6.270	2.680	Recursos de clientes e outros empréstimos		0	0
Aplicações em instituições de crédito		0	0	Responsabilidades representadas por títulos		0	0
Crédito a clientes		0	0	Passivos financeiros associados a activos transferidos		0	0
Investimentos deidos até à maturidade		0	0	Derivados de cobertura		0	0
Activos com acordo de compra		0	0	Passivos não correntes devidos para venda		0	0
Derivados de cobertura		0	0	Provisões		0	0
Activos não correntes devidos para venda		0	0	Passivos por impostos correntes	6	16.795	14.164
Propriedades de investimentos		0	0	Passivos por impostos diferidos	7	0	0
Outros activos tangíveis	4	141.334	41.051	Instrumentos representativos de capital		0	0
Activos intangíveis	5	146.264	13.909	Outros passivos subordinados		0	0
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0	0	Outros passivos	9	274.782	176.580
Activos por impostos correntes	6	3.316	3.316	Total do Passivo		291.547	190.744
Activos por impostos diferidos	7	4.824	4.824	Capital	10	1.206.000	608.000
Outros activos	8	235.911	175.052	Premios de emissão		9.250	9.250
Total do Activo		825.354	327.708	Outros instrumentos de capital		0	0
				Ações próprias		0	0
				Reservas de reavaliação		(144)	(1.842)
				Outras reservas e resultados transferidos		(472.028)	34.698
				Resultado do exercício		(459.318)	(511.143)
				Dividendos antecipados		0	0
				Total de Capital		283.160	136.954
				Total do Passivo + Capital		574.707	327.708

[Assinatura]
O Conselho de Administração

[Assinatura]
O Conselho de Administração

DUNAS CAPITAL - GESTÃO DE ACTIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, SA

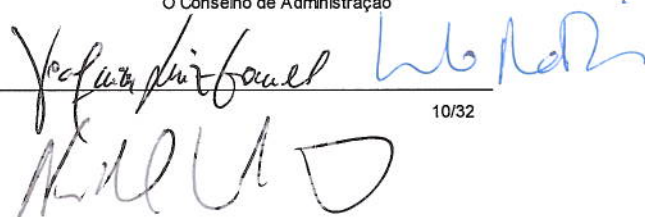
Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Montantes Expressos em Euros)

Designação	Notas	2012	2011
Juros e rendimentos similares	11	215	1,256
Juros e encargos similares	11	1,687	0
Margem Financeira		(1,472)	1,256
Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
Rendimentos de serviços e comissões	12	498,964	260,656
Encargos com serviços e comissões	12	190,420	52,466
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0	0
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	13	40	2
Resultados de reavaliação cambial	13	(1,482)	(191)
Resultados de alienação de outros activos		0	0
Outros resultados de exploração	14	(46,374)	(61,177)
Produto Bancário		259,256	148,080
Custos com pessoal	15	452,677	353,952
Gastos gerais administrativos	16	230,257	267,534
Amortizações do exercício	4 e 5	16,222	11,372
Provisões líquidas de reposições e anulações	8	9,758	0
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		0	0
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0	0
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	8	(6,150)	12,201
Resultado antes de impostos		(443,509)	(496,979)
Impostos			
Correntes	17	16,765	14,164
Diferidos	17	(956)	0
Resultado após impostos		(459,318)	(511,143)
Do qual: resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			


O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração




DUNAS CAPITAL - GESTÃO DE ACTIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, S.A

Demonstração do Rendimento Integral em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

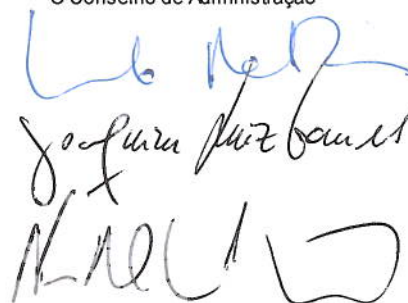
(Montantes Expressos em Euros)

Rúbricas	2012	2011
Resultado do período	(459,318)	(511,143)
Ganhos /Perdas brutas em títulos disponíveis para venda	2,310	(1,699)
Impostos diferidos	(612)	450
Ganhos e Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	1,698	(1,249)
Total do rendimento integral do período líquido de impostos	(457,620)	(512,392)
Atribuído a:		
Accionistas da Dunas Capital SGFIM	(457,620)	(512,392)



O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



DUNAS CAPITAL - GESTÃO DE ACTIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, SA
Demonstração da Variação nos Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Montantes Expressos em Euros)

	Capital	Prémios de Emissão	Reservas Reavaliação	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
Saldo em 31.12.2011	606,000	9,250	(1,842)	298,729	(264,031)	(511,143)	136,964
Aumento do capital social	600,000					0	600,000
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior					(511,143)	511,143	0
Rendimento Integral do exercício			1,698			(459,318)	(457,620)
Correcções de exercícios anteriores					3,816		3,816
Saldo em 31.12.2012	1,206,000	9,250	(144)	298,729	(771,357)	(459,318)	283,160

	Capital	Prémios de Emissão	Reservas Reavaliação	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
Saldo em 31.12.2010	275,000	9,250	(593)	298,729	(177,535)	(86,496)	318,355
Aumento do capital social	331,000					0	331,000
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior					(86,496)	86,496	0
Rendimento Integral do exercício			(1,249)			(511,143)	(512,392)
Saldo em 31.12.2011	606,000	9,250	(1,842)	298,729	(264,031)	(511,143)	136,964

MAQUA D

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

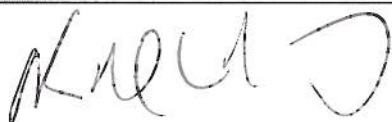
João Luís Gomes
MAQUA D

DUNAS CAPITAL - GESTÃO DE ACTIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, SA

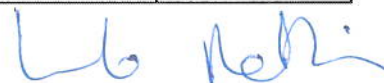
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Montantes Expressos em Euros)

	2012	2011
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Juros e comissões recebidos	460,541	376,422
Juros e comissões pagos	(152,951)	(1,592)
Impostos s/ rendimento	(15,226)	(6,050)
Pagamentos ao pessoal	(430,617)	(328,800)
Outros pagamentos operacionais	(279,788)	(386,205)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	(418,041)	(346,225)
Diminuições (Aumentos) dos activos operacionais		
Activos financeiros disponíveis para venda	(1,046)	16,752
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	(1,046)	16,752
Fluxo das actividades operacionais (1)	(419,087)	(329,473)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Diminuições (Aumentos) de outros activos tangíveis	(11,811)	0
Diminuições (Aumentos) de activos intangíveis	0	700
Fluxo das actividades de investimento (2)	(11,811)	700
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento do capital social	600,000	331,000
Fluxo das actividades de financiamento (3)	600,000	331,000
Aumento de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	169,102	2,227
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	118,332	116,106
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	287,435	118,332



O Técnico Oficial de Contas



O Conselho Administração



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2012
(Montantes Expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

A Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos Investimento Mobiliário, S.A. tem por objecto social as actividades legalmente consentidas às Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento Mobiliário e de Patrimónios, incluindo a administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros e a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos.

1. BASES DE APREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Base de Apresentação de Contas

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº1/2005 designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA").

1.2. Alterações de políticas contabilísticas

1.2.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

1.3. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade da Sociedade cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2012 e que a Sociedade não adoptou antecipadamente são apresentadas na Nota 24. Estas Normas serão adoptadas a partir da data do endosso pela UE.

1.4. Informação comparativa

A Sociedade não procedeu a alterações de práticas e políticas contabilísticas, pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

1.5. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda, após o reconhecimento inicial, são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os activos Financeiros disponíveis para venda são analisados quando existem indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio

nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declino em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. Neste contexto a sociedade considera um declínio significativo, uma variação de 20% na valorização dos títulos ocorrido durante o prazo máximo de um ano.

1.6 Outros Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis são valorizados ao custo da aquisição. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a taxas calculadas para que o valor dos bens seja reintegrado durante a sua vida útil estimada. O custo de aquisição é amortizado durante os seguintes períodos de vida útil:

Equipamento básico	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	8 anos

1.7 Activos Intangíveis

Os activos intangíveis são valorizados ao custo da aquisição, deduzido das amortizações. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente é de 3 anos.

1.8 Outros Activos

Os outros Activos são reconhecidos ao Justo valor. A imparidade é estabelecida quando há evidência de que a entidade não receberá a totalidade ou parte do montante em dívida. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

1.9 Outros Passivos

Os outros passivos são registados pelo seu valor nominal.

1.10 Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

A Caixa e disponibilidades em bancos centrais incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo de elevada liquidez e com maturidades iniciais até três meses.

1.11 Rendimentos de Comissões

Os rendimentos de comissões auferidos pela sociedade são determinados tendo em consideração o estabelecido nos regulamentos de gestão, nos contratos de gestão discricionária, e nos contratos de consultoria de investimento, consoante se trate de comissões de gestão de fundos de investimento, administração de valores ou serviços de

consultoria ao investimento respectivamente. Estes proveitos são reconhecidos no exercício a que respeitam independentemente do seu recebimento.

1.12 Impostos sobre o Rendimento (correntes e diferidos)

O custo com impostos sobre o rendimento corresponde ao imposto corrente. O imposto corrente é apurado com base na taxa legal em vigor.

A sociedade encontra-se sujeita ao Imposto s/ Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25%. Ao valor da colecta de imposto, assim apurado, acresce ainda derrama municipal à taxa máxima de 1,5% e tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipem estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitem o seu aproveitamento. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados.

A Sociedade regista impostos diferidos activos, relacionados com a valorização dos activos financeiros disponíveis para venda ao justo valor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). É expectativa da Sociedade que eventuais correcções resultantes de processos de revisão das declarações fiscais e eventuais inspecções futuras por parte da Autoridade Tributária, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

1.13 Reconhecimento de Outros Custos e Proveitos

Os outros custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

1.14 Valores Administrados pela Instituição

Os títulos registados na conta "95 - Responsabilidades por prestação de serviços" são valorizados de acordo com as seguintes regras:

- i. Os valores mobiliários admitidos à cotação são valorizados diariamente, com base na última cotação disponível no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira. Caso não exista cotação nesse dia, utiliza-se a última cotação disponível;
- ii. As unidades de participação dos fundos de investimento que compõem a carteira são valorizadas de acordo com a periodicidade de valorização do fundo (diária, semanal ou mensal), com base no valor conhecido e divulgado pela respectiva Entidade gestora no dia de valorização dos Fundos, e disponível no momento de referência.

2. Caixa e Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa	1,523	172
Depósitos à Ordem	285,911	118,160
	<u>287,435</u>	<u>118,332</u>

3. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Títulos - Investimento – De dívida pública portuguesa	6,270	2,680

Esta rubrica tem a seguinte composição, em 31 de Dezembro de 2012:

Título	Quantidade	Valor Nominal	Valor Médio Aquisição	Valor de Cotação	Valor de Balanço
OT 4,80% JUN 2020 (ISIN: PTOTECOE0029)	700,000	0.01	0.92357	0.89575	6,270

Estes títulos encontram-se a garantir o Sistema de Indemnização aos Investidores, de acordo com o Decreto-Lei n.º 222/99 de 22 de Junho e Regulamento n.º 2 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de 20 de Janeiro de 2000.

4. Outros Activos Tangíveis

CONTAS	Movimento no Período							Valor líquido em 31.12.2012
	Saldo em 31.12.2011		Aumentos		Transferências	Amortizações do Exercido	Regularizações	Abates (líquido)
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)				
Outros Activos Tangíveis								
Equipamento								
Mobiliário e material	19,894	17,268				1,167		1,459
Máquinas e ferramentas	19,228	17,419				349		1,460
Equipamento informático	43,651	42,665				563		423
Instalações interiores	15,314	9,685				1,531		4,098
Equipamento de segurança	790	790						
Activos em locação financeira								
Equipamento			42,453			8,845		33,612
Total	98,876	87,827	42,453			12,456		41,051

5. Activos Intangíveis

CONTAS	Movimento no Período							Valor líquido em 31.12.2012
	Saldo em 31.12.2011		Aumentos		Transferências	Amortizações do Exercido	Regularizações	Abates (líquido)
	Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)				
Activos Intangíveis								
Sist. de tratamento automático de dados (Software)	131,264	128,839				2,266		2,159
Activos intangíveis em curso	15,000	1,750				1,500		11,750
Outros activos intangíveis								
Total	146,264	128,589				3,766		13,908

6. Imposto Corrente

	2012	2011
Activos por impostos correntes		
Pagamento especial por conta	3,308	1,984
Retenção na fonte	8	270
	<u>3,316</u>	<u>2,254</u>
Passivos por impostos correntes		
Estimativa de impostos	16,765	14,164
IRC a pagar	<u>(13,449)</u>	<u>(11,910)</u>

7. Imposto Diferido

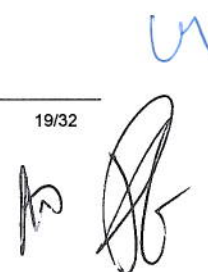
Descrição	31-12-2011	Movimento do Exercício				31-12-2012
	Imposto Diferido	Reforços		Realizações/Anulações		Imposto Diferido
		Capitais Próprios	Resultados	Capitais Próprios	Resultados	
Instrumentos Financeiros	664	0	0	612	0	52
Provisões sobre devedores	0	3,816	2,586	0	1,630	4,772
Total	664	3,816	2,586	612	1,630	4,824

8. Outros Activos

	2012				2011	
	Valor antes de Provisões	Saldo Inicial	Reforços/Anulações	Saldo Final	Valor Líquido	Valor Líquido
Devedores e outras aplicações	57,489	6150	3,608	9,758	47,732	57,759
Rendimentos a receber	171,905	8,251		8,251	163,654	112,508
Despesas com encargos diferidos	6,516				6,516	4,785
	<u>235,911</u>	<u>14,401</u>	<u>3,608</u>	<u>18,009</u>	<u>217,902</u>	<u>175,052</u>

Na reunião de 21 de Novembro de 2012, o Conselho de Administração da Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A, deliberou por unanimidade dissolver e liquidar o Fundo "Dunas Património – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível", tendo a sociedade procedido ao pagamento ao Fundo do montante por este apresentando na reclamação de créditos junto da MF Global, no valor de \$12.581 (€ 9.758), ficando com a preferência numa futura distribuição a efectuar no âmbito do processo de insolvência da MF Global.

A sociedade constituiu uma provisão para o valor do crédito reclamado junto do MF Global, no montante de \$12.581 (€ 9.758).



9. Outros Passivos

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Credores e outros recursos	131,061	85,478
Encargos a pagar	<u>143,722</u>	<u>91,102</u>
	<u>274,782</u>	<u>176,580</u>

10. Capital

Em 29 de Junho 2012 a sociedade aumentou o capital social, no montante 600.000,00 Euros, o que correspondeu à emissão de 600.000 acções, de valor nominal de 1,00 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2012 o capital social é constituído por 1.206.000 acções, de valor nominal de 1,00 Euro por acção, encontrando-se totalmente realizado.

11. Juros, Rendimentos e Encargos Similares

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros e disponibilidades em OIC	21	504
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros	<u>194</u>	<u>752</u>
	<u>215</u>	<u>1,256</u>
Juros e encargos similares	<u>1,687</u>	<u>0</u>
	<u>(1,472)</u>	<u>1,256</u>

12. Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Rendimentos de comissões</u>		
Por administração de valores	30,264	8,296
Por gestão de organismos investimento colectivo	272,353	85,467
Por serviços de consultoria	148,893	91,974
Por gestão de fundos de investimento imobiliário	3,757	71,919
Outras comissões recebidas	43,697	3,000
	<u>498,964</u>	<u>260,656</u>
<u>Encargos com comissões</u>		
Por gestão de organismos investimento colectivo	188,195	50,875
Outros serviços bancários prestados	2,226	1,592
	<u>190,420</u>	<u>52,466</u>

Os rendimentos de comissões por administração de valores, corresponde à remuneração da sociedade, pela sua actividade de gestão individualizada de carteiras. Esta comissão é calculada diariamente sobre o valor de cada carteira, por aplicação de uma taxa definida nas respectivas condições particulares de cada contrato de gestão e registado na rubrica de "Rendimentos de Serviços e Comissões" da Demonstração dos Resultados.

Os rendimentos de comissões de gestão, corresponde à remuneração da sociedade pela gestão do património dos fundos. Esta comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa definida nos respectivos regulamentos de gestão, sobre o património líquido dos fundos, sendo registado na rubrica "Rendimentos de Serviços e Comissões" da Demonstração dos Resultados.

Os rendimentos de comissões por serviços de consultoria, corresponde à remuneração da sociedade pelos serviços de consultoria para investimento que foram prestados a clientes institucionais nacionais e estrangeiros.

Os rendimentos de outras comissões recebidas, corresponde a comissões recebidas pela execução de operações no mercado de capitais.

Os encargos com comissões por serviços prestados por terceiros em organismos de investimento colectivo, corresponde à comissão paga no âmbito dos contractos de parceria celebrados com terceiras entidades, para a gestão do património dos fundos.

13. Resultados em Operações Financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Resultados de activos disponíveis para venda</u>		
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	62	24
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	<u>22</u>	<u>22</u>
	<u>40</u>	<u>2</u>
<u>Resultados de reavaliação cambial</u>		
Ganhos em diferenças cambiais	2,793	201
Perdas em diferenças cambiais	<u>4,274</u>	<u>391</u>
	<u>(1,482)</u>	<u>(191)</u>

14. Outros Resultados de Exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Outros Proveitos</u>		
Outros rendimentos e receitas operacionais	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>0</u>	<u>0</u>
<u>Outros Encargos</u>		
Rendas de locação operacional	16,188	25,212
Sistema de Indemnização aos Investidores	2,500	5,586
Quotizações	6,454	0
Outros encargos e gastos operacionais	359	2,318
Outros impostos	<u>20,873</u>	<u>28,061</u>
	<u>46,374</u>	<u>61,177</u>
	<u>(46,374)</u>	<u>(61,177)</u>

15. Custos com Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	193,654	212,404
Remuneração dos empregados	175,044	76,850
Encargos sociais		
Segurança social	77,194	59,576
Outros encargos sociais	2,861	3,027
Outros custos com pessoal	3,925	2,095
	<u>452,677</u>	<u>353,952</u>

16. Gastos Gerais Administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Água, energia e combustíveis	8,653	5,683
Material de consumo corrente	12,765	14,462
Outros fornecimentos e serviços	6,416	5,073
Rendas e alugueres	12,460	19,654
Comunicações	11,874	12,525
Deslocações, estadas e representação	35,988	24,904
Publicidade	85	8,085
Conservação e reparação	305	1,480
Formação	0	678
Seguros	834	639
Serviços Especializados	111,966	139,599
Outros	28,910	34,752
	<u>230,257</u>	<u>267,534</u>

17. Imposto sobre o Rendimento

O apuramento do imposto é analisado da seguinte forma:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Prejuízo contabilístico	(459,318)	(496,979)
A acrescentar		
Juros compensatórios, multas e coimas	235	1,381
Amortizações não aceites fiscalmente	3,637	0
Provisões e outros ajustamentos	3,608	12,863
Encargos com o aluguer de viaturas	1,855	2,344
A deduzir		
Imposto diferido	(956)	0
Prejuízo fiscal	(450,939)	(480,390)
 Tributação autónoma	 16,765	 14,164

A Sociedade não se encontra a reconhecer activo por imposto diferido sobre prejuízos fiscais, na medida em que não é possível aferir, à data, sobre a eventual existência em exercícios futuros próximos, de lucros tributáveis contra os quais poderão ser utilizados os referidos activos por impostos diferidos.

18. Relato por Segmentos

No relato por segmentos, com referência a 31 de Dezembro de 2012, a segmentação por áreas de negócio é representada por: 30% em Consultoria, 55% em Fundos de Investimento e 6% em Administração de Valores. Na segmentação por áreas geográficas os proveitos realizados nos diferentes mercados representam: 83% em Portugal e 17% no Mercado Europeu.

19. Rubricas Extrapatrimoniais

Montante dos compromissos assumidos

A rubrica extrapatrimonial "Compromissos perante terceiros" regista, em 31 de Dezembro 2012, a responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, apurado nos termos da regulamentação aplicável, relativamente aos fundos administrados pela Sociedade, no montante de 9.994€.

Valores administrados pela Sociedade

Em 31 de Dezembro de 2012 a Sociedade administrava fundos em nome próprio e por conta de outrem de acordo com a seguinte composição:

	2012	2011
Administração de Valores	11,052,315	5,377,346
Fundos de Investimento Mobiliário	53,270,343	17,489,474
Fundos de Investimento Imobiliário	0	4,673,166
	<u>64,322,659</u>	<u>27,539,986</u>

20. Entidades Relacionadas

Os saldos e transacções com entidades relacionadas, em 31 de Dezembro de 2012, têm a seguinte composição:

Entidade	Descrição	Saldo em 31.12.2012	Transacções em 2012
Fundo Mobiliário - Dunas Património	Comissão de Gestão	0	1,172
Fundo Mobiliário - Banco BIC Tesouraria	Comissão de Gestão	74,096	151,337
Fundo Mobiliário - Banco BIC Brasil	Comissão de Gestão	32,895	119,844
Fundo Imobiliário - Valor Alcântara	Comissão de Gestão	0	3,757
Administradores	Adiantamentos	33,475	0
Zedh Capital S.A.	Adiantamentos	3,588	0
Dunas Capital S.A.	Adiantamentos	4,028	0



21. Orgão de Fiscalização

Os nossos auditores são Ernst & Young Audit & Associados os quais auferiram durante o exercício um montante total de honorários de 11.200 €.

22. Gestão dos Riscos de Actividade

Os riscos incorridos pela Sociedade Gestora são essencialmente de natureza operativa e de "compliance". Os restantes riscos (liquidez, taxa de juro e de liquidação de operações cambiais), situam-se na esfera de actividade dos fundos/carteiras geridos pelas Dunas Capital- Gestão de Activos-SGFIM, S.A.

O Risco Operacional define-se como o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Esta probabilidade de perda pode decorrer de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de outsourcing, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Consciente da importância de uma monitorização e controlo eficaz do risco operacional, a Sociedade tem no seu manual estabelecidos procedimentos, que dada a dimensão da sociedade, são suficientes para mitigar a probabilidade da ocorrência das situações atrás mencionadas.

As funções de compliance são asseguradas pelo Departamento de Compliance, o qual é responsável pelas funções de supervisão e controlo das actividades de intermediação financeira exercida pela Sociedade Gestora. A função de compliance tem como seu objectivo assegurar que as actividades prosseguidas pela Sociedade se desenvolvem em conformidade com as regras de boa deontologia e no respeito das leis e regulamentos que disciplinam a actividade financeira.

23. Eventos Subsequentes

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, no dia 28 de Março de 2013, não se identificou nenhum evento subsequente a 31 de dezembro de 2012, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos nos termos da IAS 10.

24. Novas Normas e Interpretações já Emitidas mas que ainda não são Obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade da Sociedade cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2012 e que a Sociedade não adoptou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de junho de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

IFRS 7 (Emenda) Compensação de activos financeiros e passivos financeiros

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. Contudo se a entidade decidir aplicar antecipadamente a IAS 32 Compensação de activos financeiros e passivos financeiros deve aplicar conjuntamente as divulgações previstas na IFRS 7.

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

IFRS 13 Mensuração do justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, a aplicação antecipada permitida desde que divulgada. A aplicação é prospectiva.

Da aplicação desta Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de activos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um activo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver actualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da actividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de activos financeiros e passivos financeiros.

Da aplicação desta clarificação à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Activos Financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor com as respectivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas).

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

Da aplicação desta Norma não são esperados impactos significativos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, o IASB emitiu seis emendas a cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

IAS 32 Instrumentos financeiros

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resultem de distribuições a accionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

IAS 34 Relato financeiro intercalar

Clarifica que os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de activos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos.

De acordo com esta emenda, o total de activos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos gerentes de segmento.

As melhorias às IFRS são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podem ser aplicadas antecipadamente desde que devidamente divulgadas. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação das melhorias às Normas não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Estrutura Societária

Os órgãos sociais da Sociedade são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único e Fiscal Único Suplente.

a) Assembleia Geral

A Assembleia Geral é constituída pelos accionistas, ou seus representantes, com direito a, pelo menos, um voto e as suas deliberações obrigam todos, ainda que ausentes, dissidentes ou incapazes.

A Mesa da Assembleia é composta por um Presidente e um Secretário eleitos entre os accionistas ou outras pessoas.

A Assembleia Geral deve ser convocada sempre que a lei o determine, o Conselho de Administração ou o Fiscal Único entendam conveniente, ou quando requerido por um ou mais accionistas que detenham no mínimo acções correspondente a pelo menos 5% do capital social.

A Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos, excepto nas deliberações sobre alteração do pacto social, fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade, nomeação e destituição dos membros do Conselho de Administração, dissolução e liquidação da sociedade, aumento do capital social e reembolso antecipado de suprimentos, onde as deliberações têm de ser aprovadas por um mínimo de 70% dos votos emitidos.

Os aumentos de capital são aprovados pela Assembleia Geral, a qual definirá as respectivas condições de subscrição e formas de realização.

Os accionistas têm direito de preferência na subscrição de acções representativas de aumento de capital, salvo se tal direito for limitado ou suprimido por deliberação da Assembleia-Geral.

A Assembleia Geral reúne com uma periodicidade mínima anual, tendo como principais competências analisar e aprovar o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas, bem como deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.

É também função da Assembleia Geral proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

Presidente: Dr. André Luiz Gomes

Secretário: Dra. Elsa Sousa Rodrigues

b) Conselho de Administração

Órgão administrativo e representativo da Sociedade, formado por um número ímpar de membros, no mínimo de três e no máximo nove Administradores.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral, em mandatos de três anos, sendo sempre permitida a sua reeleição e é composto por um Presidente e dois vogais

O Conselho de Administração reúne-se com uma periodicidade trimestral

O Conselho de Administração é o responsável pela gestão corrente das actividades, sendo da sua competência o estabelecimento das políticas de adequadas à gestão dos diversos riscos da actividade.

Presidente: Dr. Leonardo Bandeira de Melo Mathias

Vogais: Dr. Joaquim Maria Magalhães Luiz Gomes

Dr. Nuno Miguel de Lemos Montes Pinto

c) Órgão de Fiscalização

A fiscalização da Sociedade compete a um Fiscal Único, havendo um suplente, ambos eleitos por um período de dois anos, pela Assembleia Geral, devendo ambos ser Revisor Oficial de contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.

Fiscal Único Efectivo Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. (SROC nº 178)

representada por Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Fiscal Único Suplente Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

Práticas de Governo Societário

A Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A., foi constituída, sob a forma de Sociedade Anónima, em 6 de Agosto de 2003.

A sede social situa-se na Avenida da Liberdade, nº 229, 3º andar, 1250-142 Lisboa.

O objecto social consiste na administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário.

A Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A. tem um capital social de 1.206.000 euros, representado por 1.206.000 acções de valor nominal de 1 euro. As acções são nominativas sendo a seguinte a estrutura accionista:

Dunas Capital – Gestão de Activos – SGFIM S.A. Estrutura Accionista

Nome do accionista	Capital	% Capital	Nº acções	Nº votos
Zedh Capital S.A.	1.206.000 euros	100%	1.206.000	1.206.000

Os membros dos órgãos sociais são designados por um período de três anos, sendo que à data deste relatório de gestão a estrutura societária resulta da nomeação dos órgãos sociais efectuada para o triénio 2010/2012.

O valor individual das remunerações do Conselho de Administração importa em 63.000 euros anuais, sendo o valor agregado de 189.000 euros.


O Fiscal Único auferir a remuneração anual de 6.200 euros.

Não existem acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respectivos.

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Toda a informação sobre a Sociedade e sobre os Fundos de Investimento Mobiliário, objecto da sua actividade, para além de estarem disponíveis na sede da Sociedade Gestora, são disponibilizados no site de internet www.dunascap.com bem como na CMVM (www.cmvm.pt) sem prejuízo do envio gratuito dos mesmos, sempre que solicitado.

LM



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeira e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração das Dunas Capital - Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos e dos sistema de controlo interno;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Variação nos Capitais Próprios, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de Sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e/ou do contrato de Sociedade;

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as

provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização das Dunas Capital - Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2012 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos sócios previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2012 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais.
- (c) O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Variação nos Capitais Próprios, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2012, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 30 de Abril de 2013

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas das Dunas Capital - Gestão de Activos- Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 574.707 Euros e um total de capital próprio de 283.160 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 459.318 Euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Variação nos Capitais Próprios, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira das Dunas Capital - Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA'S) tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de Abril de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)